



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 56/X/4.ª

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano dois mil e oito reuniu, pelas doze horas, na sala oito, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Audiência com a CGTP-IN sobre "Política Reivindicativa da CGTP-IN para 2009".

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Arménio Santos (PSD) começou por saudar e agradecer a presença da delegação da CGTP-IN, presidida pelo seu Secretário-Geral, Professor Dr. Carvalho da Silva, e composta pelos Senhores Joaquim Dionísio, Arménio Carlos e Carlos Trindade. Antes de passar a palavra ao Secretário-Geral da CGTP-IN fez uma breve introdução sobre o assunto subjacente a esta audiência, referindo que o documento em causa tinha sido atempadamente distribuído a todos os Senhores Deputados.

O Professor Dr. Carvalho da Silva começou por cumprimentar a Comissão e agradecer a disponibilidade para receberem esta delegação da CGTP-IN. Referiu ainda, a título introdutório, a disponibilidade da CGTP-IN para reflectir e esclarecer qualquer aspecto da Política Reivindicativa da CGTP-IN para 2009.

O Secretário-Geral da CGTP iniciou então a apresentação do referido documento, esclarecendo que a sua elaboração assentou na observação da realidade portuguesa com base na reflexão sobre quatro pontos essenciais: 1) os sacrifícios pedidos aos trabalhadores; 2) a situação do mercado do trabalho; 3) a revisão da Legislação do Trabalho; e 4) o estado da sociedade. O quadro resultante desta análise, leva a CGTP-IN a apelar aos Senhores Deputados para que façam um esforço acrescido para combater os desequilíbrios e as desigualdades existentes.

A CGTP-IN enunciou então algumas das propostas, que constam da Política Reivindicativa para 2009, nomeadamente, a obtenção de um compromisso alargado para o aumento dos salários reais; a reformulação do compromisso do aumento do salário mínimo visando atingir em 2013, os 600 Euros; a actualização das pensões (sem recurso ao factor de



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

sustentabilidade, mas sim com recurso às variações do PIB); a alteração das regras de atribuição do subsídio de desemprego; a criação de um novo regime de bonificação de urgência no crédito à habitação; e, em matéria fiscal, a actualização do IRS e a criação de dois novos escalões.

Antes de terminar a exposição inicial, o Secretário-Geral da CGTP-IN destacou ainda a necessidade de construir um compromisso alargado, que envolva as diferentes forças políticas e que tenha em atenção a situação económica espanhola e considere a medida de inflação dos grupos sociais com menor rendimento.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu e deu a palavra aos Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) começou por referir que a situação descrita deve ser imputada ao Governo e em particular ao partido maioritário que o apoia, referindo a responsabilidade do Governo na falta de previsão da crise económica existente e consequentes medidas antecipatórias da mesma. Aproveitou ainda para exprimir a concordância com algumas reflexões e análises apresentadas, embora o PSD defenda outras soluções. Finalmente, questionou a CGTP-IN sobre o alargamento do período experimental, que consta da proposta de revisão do Código do Trabalho, no âmbito da precariedade laboral.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) cumprimentou a delegação da CGTP-IN pelo excelente documento apresentado e pela análise social, económica e laboral efectuada. Dada a profundidade das temáticas apresentadas, o PS irá reflectir sobre os dados que constam do documento, bem como sobre as respectivas conclusões e reserva a apresentação de opiniões mais desenvolvidas para momento posterior.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) saudou a CGTP-IN e antes de iniciar a sua exposição referiu que, no que concerne às propostas de índole fiscal, o BE irá apresentar na discussão do próximo Orçamento de Estado, uma proposta de alteração dos escalões do IRS semelhante. Em relação à análise efectuada pela CGTP-IN da realidade económica e social do país, salientou dois aspectos, por um lado, a total concordância com a situação exposta no que diz respeito ao aumento da precariedade do emprego e a preocupação crescente que tal suscita e, por outro lado, o acordo com as preocupações relativas à redistribuição dos rendimentos, em relação ao que o BE referiu que algumas das propostas apresentadas



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

poderão eventualmente vir a ser adoptadas pelo BE. Antes de terminar a sua intervenção, a Senhora Deputada expressou ainda que o seu partido subscreve muito do que se encontra no documento entregue, em especial, as propostas relativas aos salários e às pensões.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu que várias matérias afastam o CDS-PP e a CGTP-IN, dado que têm pontos de vista necessariamente diferentes e que por isso defendem soluções distintas, o que é saudável em democracia; mas isso não é impeditivo do reconhecimento da validade da análise e por isso o CDS-PP não pode deixar de expressar a sua concordância com ela, pois os números são esclarecedores. Contudo, no seu entender nesta análise faltam duas variáveis, por um lado, o fraco crescimento económico e, por outro lado, as baixas taxas de produtividade, que não são focados na análise efectuada, mas deviam acrescer aos referidos pela CGTP-IN.

O Senhor Deputado referiu que o seu partido tem, dada a sua matriz democrata cristã, sérias preocupações relativas às situações de exclusão social, que originam apoios como o Rendimento Social de Inserção, nesse âmbito referiu a intenção do CDS-PP de observar com especial atenção as propostas da CGTP-IN relativas a esse assunto. Relativamente à actualização das pensões, aproveitou para comentar que a fórmula proposta tem em consideração a inflação do ano anterior e que tal pode provocar distorções reais, pelo que questionou se não seria preferível a opção por eventuais subidas intercalares das pensões.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) saudou a delegação da CGTP-IN e concordou com o quadro traçado pela estrutura sindical, sublinhando o aumento das desigualdades sociais, o crescimento das grandes fortunas, as discrepâncias salariais e a maior injustiça social. Aproveitou para referir que uma sociedade mais justa implica uma efectiva redistribuição da riqueza, o que não existe e tem como consequência que actualmente a pobreza afecte um número cada vez maior de portugueses. Salientou ainda as agravantes que existem aos gastos familiares e que não são contabilizadas no cálculo da inflação. No que concerne às propostas de aumentos salariais, o PCP concorda plenamente com o exposto pela CGTP-IN. Do mesmo modo, o Senhor Deputado demonstrou concordância com a análise à situação dos pensionistas e às consequências da introdução do factor de sustentabilidade. Por último reiterou a oposição do PCP às opções tomadas pelo Governo em matéria de política laboral e que estão plasmadas na proposta de revisão do Código do trabalho.

O Senhor Vice-Presidente agradeceu as considerações e as questões colocadas pelos



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Senhores Deputados e deu a palavra ao Secretário-Geral da CGTP-IN para responder.

O Professor Dr. Carvalho da Silva referiu que as soluções propostas têm como fundamento a análise efectuada e são sérias e muito pensadas e que não podia deixar de expressar o seu agrado pela receptividade que o documento teve nesta Comissão, atendendo às palavras expressas pelos Senhores Deputados. A propósito, aludiu à reunião com S. Exa. o Presidente da Assembleia da República, no qual este teceu considerações positivas sobre o documento e que ficou surpreso positivamente pelo seu alcance e profundidade. No que concerne a audiências, referiu que continuam a aguardar a disponibilidade de S. Exa. o Primeiro-Ministro para os receber, mas que já se encontram agendadas reuniões com os Partidos políticos, bem como com S. Exa. o Presidente da República.

No que diz respeito ao Código do Trabalho, o Secretário-Geral da CGTP-IN frisou que não se trata de um documento neutro e que não dá bons sinais à economia para mudança do rumo até aqui seguido. Aliás, aludiu à crise internacional, para afirmar que esta não se relaciona com o impacto da aplicação de legislação laboral (até porque, historicamente, a confirmação dos Direitos dos Trabalhadores sempre foi um factor de progresso e de desenvolvimento económico), relaciona-se sim com as políticas monetaristas e financeiras. Acrescentou que é preocupante que o peso dos salários no custo de produção tenha, nos últimos anos, descido gradualmente; o que tem repercussões no valor que a sociedade confere ao "trabalho".

Em resposta à solicitação de um Senhor Deputado, o dirigente sindical referiu ainda a questão da competitividade, o que está relacionado com a acumulação de riqueza e não propriamente com o trabalho. Aliás, referiu que o atrofamento económico está relacionado com os salários exorbitantes das administrações das grandes empresas, que são manifestamente desproporcionados. Relativamente às questões sociais, deu especial ênfase ao problema sério do empobrecimento das famílias, referindo que a proposta de alteração ao Indexante de Apoio Social se encontra explicada no documento. Em geral, a CGTP-IN quis deixar claro, que as propostas apresentadas não pretendem ser soluções fechadas, mas sim um desafio aos Senhores Deputados para serem criativos e a partir delas poderem criar resoluções para os problemas.

Finalmente, em relação ao Código do Trabalho, o Secretário-Geral da CGTP-IN sublinhou que a questão do período experimental não é, nem deve ser o centro do problema da proposta de revisão apresentada pelo Governo. De facto existem outros e mais graves



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

problemas, nomeadamente, a questão da caducidade da contratação colectiva e a alteração das regras relativas aos horários de trabalho. No entanto, existem mais aspectos que a CGTP-IN prometeu abordar aquando da audiência no âmbito da revisão do Código do Trabalho.

O Senhor Vice-Presidente agradeceu a presença da CGTP e deu por encerrada a reunião às trezes horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 1 de Outubro de 2008.

O VICE-PRESIDENTE,

Arménio Santos



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Fernando Antunes
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartim Graça
Jorge Machado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisco Lopes
Jorge Strecht
Maria Cidália Faustino